

Publicação Especial do Orçamento Participativo



**ORÇAMENTO
PARTICIPATIVO**

20
anos
OP.

Expediente

Prefeitura Municipal de Porto Alegre
Secretaria Municipal de Coordenação
Política e Governança Local (SMGL)

Produção e Edição:

Difusão Assessoria de Comunicação

Coordenação:

Assessoria de Imprensa da SMGL.

Fotografias:

Ana Carolina Pan/PMPA
Cristine Rochol/PMPA
Edu Andrade/PMPA
Ivo Gonçalves/PMPA
Luciano Lanes/PMPA
Ricardo Giusti/PMPA
Ricardo Stricher/PMPA

Capa:

Detalhe da tela "Entardecer em Porto Alegre", de Walden Elias

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica:

Clemente Design

Impressão:

Ideograf

Tiragem:

1.000 exemplares

Agosto/2009

www.portoalegre.rs.gov.br



Secretaria Municipal de
COORDENAÇÃO POLÍTICA E
GOVERNANÇA LOCAL

Gabinete de
PROGRAMAÇÃO
ORÇAMENTÁRIA

Prefeitura de
**PORTO
ALEGRE**

Nossa cidade, nosso futuro.

Índice

03	Editorial
04	Porto Alegre: Um ciclo histórico de participação
05	Porto Alegre comemora 20 anos de OP
09	Ciclo do OP
10	O OP transforma a cidade
	Aqui a comunidade decide
13	Entrevista - Plínio Zalewski
14	Regiões OP
16	O OP ganha o mundo
17	Reuniões do OP nos bairros
18	Entrevista - Luciano Fedozzi
20	Duas visões sobre o processo de participação
22	Glossário
23	

20 Anos de OP: pioneirismo, inovação e aprimoramento democrático

Esta Revista OP 20 Anos demarca uma data muito especial para a cidade de Porto Alegre e para todas as instituições, entidades e redes nacionais e internacionais que alimentam o contínuo e pleno exercício da democracia participativa. As duas décadas de vigência da mais longa experiência de intervenção direta da cidadania na definição do uso dos recursos públicos clamam por comemorações, mas também inspiram reflexões, da mesma forma que cada passo e gesto de nossa inserção política, social e comunitária.

Apresentamos esta publicação como um tributo a esse processo democrático fantástico da cidade de Porto Alegre, que a faz ser conhecida mundialmente, que a faz diferenciada, que a faz única em suas peculiaridades, assim como o são e serão únicos outros tantos universos urbanos. O que nos fará ainda mais diferentes em nossas particularidades será o triunfo da comemoração brindar a necessidade do aprimoramento, numa produção contínua de superação e encantamento pela superação do conformismo.

Com base nesta aspiração, chamamos pensadores e ativistas a externarem suas opiniões sobre passado, presente e futuro do OP. Relembramos o processo de aprimoramento dos mecanismos internos e contabilizamos obras e serviços que hoje fazem parte do cotidiano dos porto-alegrenses. Mostramos a experiência de quem trabalha o gene da realização orçamentária, exercendo papel de equilibrista entre as crescentes dificuldades de arrecadação e as igualmente ascendentes demandas sociais e de serviços.

Tentamos, portanto, ofertar ao povo de Porto Alegre um retrato singelo desta peregrinação, cientes de que poderemos construir substancialmente um futuro referencial, de constante aprimoramento, sem esquecer e nem renegar este patrimônio ao mesmo tempo imaterial e material da cidade de Porto Alegre.

Secretária Municipal
de Coordenação Política e Governança Local



Foto Ricardo Giusti/PM/PA



Foto Ivo Gonçalves/PM/PA



Porto Alegre:

um ciclo histórico de participação

Ao assumir a administração de Porto Alegre, em 2005, tínhamos um compromisso: manter o Orçamento Participativo. Não só em razão dos debates da campanha eleitoral, mas sobretudo por entender que há muitos mecanismos autênticos de participação popular e todos eles, quando eficientes, quando aprovados e reconhecidos pelo testemunho presencial e ativo das comunidades, constituem instrumentos de equidade, de uma mais justa distribuição e aplicação do orçamento público.

O associativismo comunitário, em nossa cidade, tem raízes de mais de meio século, remonta aos anos cinquenta do século passado. As comunidades mais desassistidas e periféricas de Porto Alegre começaram a ganhar protagonismo a partir desse sentido original de organização e cooperação para melhorar a sua rua, o seu bairro, para não serem despejados, para obter a moradia, para estender a linha de ônibus ou simplesmente para instalar o que se chamava de bica d'água. Por isso, quando queremos falar do Orçamento Participativo, surgido em 1989, é preciso levar muito em conta essa memória viva e indelével da população das vilas e bairros de nossa cidade. Porto Alegre forjou o OP na sua tradição de militância comunitária e construiu, através dos anos, um ciclo verdadeiro de democracia participativa.

No final da década de setenta, a conquista da Federação Rio-grandense de Associações Comunitárias e de Moradores de Bairros (Fracab) constituiu um grande eixo de luta.

Era um momento de grande emergência das políticas democráticas urbanas, o prefeito de Lajes, Dirceu Carneiro,

criava o primeiro modelo de orçamento participativo conhecido (que ele denominou de orçamento popular), modelo, aliás, que depois seria muito aperfeiçoado e reproduzido com efetivo sucesso em Porto Alegre.

Havia uma compreensão de que democracia e participação popular eram elementos indissociáveis. As formas mais genuínas de organização pela democracia no Brasil eram aquelas que se davam em torno de lutas concretas. Pelo calçamento, pelo asfalto, pelo esgoto, pela preservação da moradia, lá no bairro, lá na periferia. Em 1983 surgiu a União das Associações de Moradores de Porto Alegre (Uampa), de certa forma mais aguerrida. A Uampa foi a primeira entidade a reivindicar, oficialmente, em um de seus congressos, o direito de os cidadãos de Porto Alegre decidirem diretamente o orçamento do Município. Vivíamos então o ano de 1985. Esse grito cresceu e teve seu momento culminante com a criação do Orçamento Participativo no ano de 1989.

Sempre soubemos que essa história de alargamento da participação popular estava inafastavelmente associada à índole e à cultura política da nossa população. Fizemos, portanto, em nosso governo, um grande esforço para que essa trajetória não fosse interrompida. E não foi. Desse esforço participaram lideranças comunitárias de todos os matizes, homens e mulheres que sobretudo sabiam que era preciso apostar na consistência do movimento comunitário. É justamente com esse espírito de solidariedade e cooperação, integrados a um enorme júbilo coletivo, que toma conta de todos os que colocaram um pouco de si nessa tarefa, que comemoramos os 20 anos do Orçamento Participativo de Porto Alegre.

Porto Alegre comemora 20 anos de OP

Em 2009 o Orçamento Participativo (OP) de Porto Alegre completa 20 anos. Uma data emblemática que convoca a refletir sobre o instrumento político que garantiu aos cidadãos da cidade o direito a participar diretamente da decisão sobre as prioridades de investimento da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA). O governo seguirá construindo e incorporando inovações que permitam garantir o aprofundamento e a qualificação do processo democrático da cidade.

Raízes do OP

Entre as décadas de 50 e 80 do século XX, o Brasil deixou de ser um país agrário-exportador e se transformou em urbano e industrial. Grande parte da população migrou massivamente para as cidades, mas ficou excluída da distribuição de renda, terras, equipamentos e serviços públicos. Porto Alegre não escapou das transformações socioeconômicas ocorridas no país.

A partir do final da década de 70, movimentos populares passaram a reivindicar distribuição mais equânime dos serviços públicos e da ocupação do solo urbano, destacando-se o papel desempenhado pelas associações de moradores de Porto Alegre, a Federação Rio-grandense de Associações Comunitárias e Amigos de Bairro e a União de Associações de Moradores de Porto Alegre (Uampa). A atuação e o engajamento nestes movimentos criaram uma rede de representação popular.

Com a redemocratização e a promulgação da Constituição de 1988, foi estimulada a participação popular na definição de políticas governamentais, por intermédio da criação dos

Conselhos Setoriais de Políticas Públicas como espaços de controle social. As mudanças constitucionais e a vontade popular e política viabilizaram a implantação do Orçamento Participativo, em 1989. Sua primeira proposta foi a discussão pública do orçamento e dos recursos para investimento.

O desenvolvimento do OP

Através de debates com as lideranças comunitárias, ficou definido que o OP seria dividido em regiões. O sistema de cogestão entre governo e comunidade na aplicação do orçamento público, como é conhecido hoje, foi uma construção coletiva. Em 1991, foi fundado o Fórum Regional do Orçamento Participativo (Frop). A fim de fortalecer o relacionamento com a comunidade, em 1992, é criada a figura do Coordenador Regional do Orçamento Participativo (Crop). Em 1994, foram estabelecidas as seis Temáticas e foi aprovado o primeiro Regimento Interno do OP. Com a participação da comunidade e discutido nos Fóruns do OP, em 1997, foi elaborado o Plano Plurianual. Em 1999, os participantes do OP passam a ter seu conselho, com a criação do Conselho do Orçamento Participativo (COP).

O momento atual

A partir de 2005, com a mudança de governo e a continuidade do OP, o processo teve seu reconhecimento fortalecido. A administração municipal manteve a participação cidadã, valorizando-a como princípio de governo e comprovando que o sucesso do programa independe de partido político: é um patrimônio da cidade.

O governo buscou aprimorar o OP com a incorporação de novos instrumentos, respeitando a autonomia do sistema estabelecida por regras e procedimentos. Tanto os conselheiros, como a coordenação do OP, foram fundamentais para a manutenção do funcionamento do processo de participação popular, auxiliando na transmissão de informações para a nova gestão.

A nova administração deu seguimento ao processo do OP, cujo funcionamento compreende: regionalização da cidade, realização de um ciclo anual de plenárias temáticas e regionais, eleição de delegados e conselheiros, deliberações e votações sobre as prioridades de investimentos, prestação de contas do município, definição do Plano de Investimentos e Serviços (PIS), etc.

A partir desses princípios, a nova administração adotou um novo modelo de gestão, baseado atualmente em 12 programas estratégicos. As premissas básicas são a transparência, a transversalidade e a territorialidade, de modo a contribuir com a democracia, a atenção ao cidadão, a transparência e a agilidade na gestão pública.



Foto Cristine Rochol/PMPA

Órgãos coordenadores do OP

O OP está sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local (SMGL) e do Gabinete de Programação Orçamentária (GPO). A SMGL coordena o processo do OP nas relações políticas e comunitárias e é a responsável pelos Centros Administrativos Regionais (CARs), que atuam na descentralização das ações governamentais. O GPO cuida dos aspectos técnicos do orçamento da cidade e do OP, como a elaboração da proposta orçamentária, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o Plano Plurianual e o Plano de Investimentos e Serviços.

As atribuições técnicas do GPO com o OP começam desde o momento em que a comunidade apresenta suas demandas nas assembleias regionais e temáticas. Após as demandas serem cadastradas no Sistema de Gerenciamento Orçamentário

(GOR), relatórios são enviados aos órgãos responsáveis, que devem dar o parecer e a viabilidade técnica. Paralelamente, é discutida a LDO e construída uma matriz orçamentária. Cerca de 12% do orçamento anual da PMPA é usado para atender novas demandas do OP. "Eu tenho acompanhado experiências de OP no Brasil e no mundo e posso dizer que ninguém efetivamente discute todo o orçamento da cidade com o OP, como Porto Alegre faz", destaca o Coordenador do OP no GPO.

O coordenador do OP no GPO defende algumas mudanças no processo, como a ampliação do ciclo. "O tempo para projeto, licitação, execução e acompanhamento técnico de obras, por exemplo, é incompatível com as regras das leis orçamentárias brasileiras, gerando acúmulo de demandas", explica.

O coordenador também comenta que, pela tecnicidade do tema, os participantes do OP precisam de capacitação para entender como funciona o orçamento do município (receita X despesas). É importante que o COP compreenda o conjunto do orçamento como um todo e não restrinja seu foco nas demandas de cada região. Para isso, o GPO já realizou cursos com delegados e conselheiros do OP sobre o funcionamento do orçamento da cidade.

Responsável por organizar a logística e a infraestrutura necessárias para a realização do OP e pelo relacionamento com a comunidade, o coordenador do OP pela SMGL, destaca que o trabalho requer um grande esforço do governo municipal, que trabalha de março a janeiro para a realização de todas as fases do processo. "Só em março são 26 reuniões preparatórias. Depois, a cada dois meses, é uma nova etapa do ciclo do OP", comenta. Ele também salienta que nos 20 anos do OP é hora de repensá-lo a partir da própria evolução da sociedade nas últimas duas décadas e anuncia que, com a posse dos novos conselheiros, em agosto, serão formadas comissões temáticas, entre os participantes, para debater o OP.

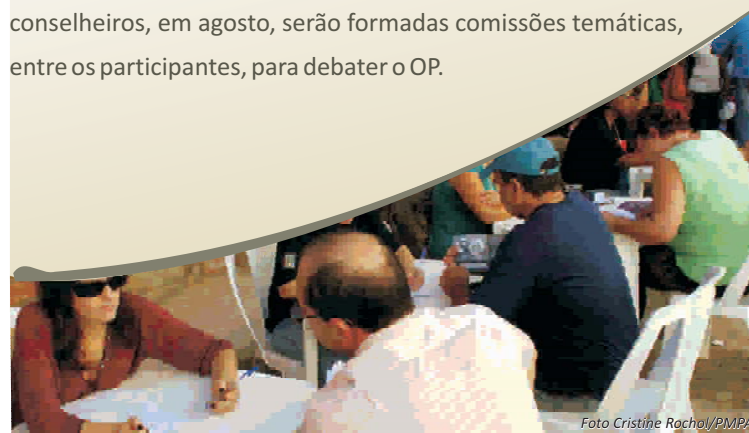
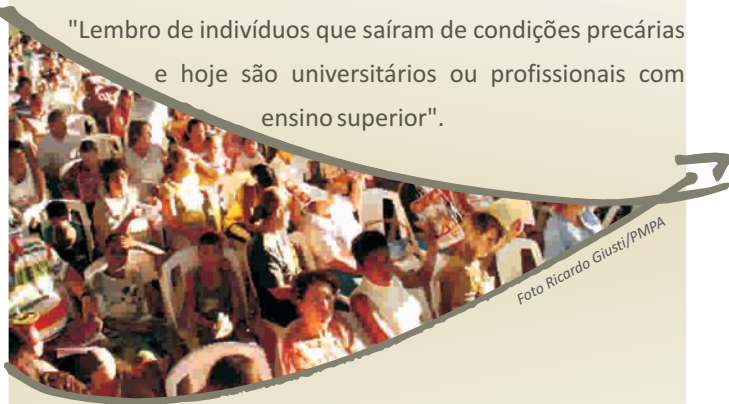


Foto Cristine Rochol/PMPA

A apreciação do coordenador do OP pela SMGL sobre o processo vai além da questão administrativa. Ativista do OP desde 1990, primeiro como militante social e, a partir de 2005, como um dos coordenadores, ele enfatiza que, na sua visão, mais do que possibilitar a realização de obras ou serviços, o OP é um valioso instrumento de inclusão social e de exercício da cidadania. "É emocionante ver a reunião dos cidadãos com os administradores públicos. É o empoderamento de pessoas que até então estavam praticamente excluídas da sociedade". A trajetória no OP lhe proporcionou a vivência com pessoas que tiveram seus destinos transformados pela experiência no OP.

"Lembro de indivíduos que saíram de condições precárias e hoje são universitários ou profissionais com ensino superior".



Novos instrumentos para a rede de participação

Portal da Transparência

O controle social depende, entre outras questões, da transparência da administração pública. O Portal de Gestão foi criado para dar à comunidade dados gerenciais sobre o andamento dos programas de governo, dentre os quais está o OP. Atualmente, o governo desenvolve o Portal da Transparência, que disponibilizará informações sobre a execução orçamentária e financeira, colocando Porto Alegre na vanguarda das capitais do país a adotar o modelo de controladoria-geral das contas públicas.

ObservaPOA

A tomada de decisão dos participantes do OP e dos gestores públicos é qualificada na medida em que suas escolhas estão baseadas em dados sobre a cidade. A criação do Observatório da Cidade de Porto Alegre (ObservaPOA), em 2006, representa uma evolução para o processo do OP. Através desta ferramenta, qualquer cidadão pode acessar informações socioeconômicas

georreferenciadas. "O ObservaPOA atua em duas frentes: fornece informações para qualificar o processo de decisão e democratiza informações sobre a cidade", explica a técnica do Observatório, Adriana Furtado.

Formado por uma equipe multidisciplinar, o Observatório também realiza oficinas com a comunidade para ensinar aos participantes do OP como utilizar as possibilidades e os dados do portal, para que conheçam melhor a cidade através do diagnóstico de sua realidade. A democratização dos indicadores auxilia no acompanhamento do processo de democracia participativa de Porto Alegre: quem participa e em que medida é inclusiva. Os observatórios de outras cidades dão prioridade para o acompanhamento do processo democrático. A capital gaúcha inova por passar indicadores da cidade para que a comunidade estabeleça as demandas no OP baseadas em critérios fundamentados.

Aprimoramento do OP

Em 2006, à temática "Circulação e Transporte" foi agregada a questão da mobilidade urbana. Na mesma época, a reestruturação da Gerência do OP ofereceu ao COP um espaço equipado para trabalho, com computadores e telefones.

A partir da discussão do COP com a comunidade, em 2007, foi criada a 17ª Região. Neste mesmo ano, o governo municipal realizou a 1ª Jornada de Capacitação de Delegados e Conselheiros do OP e apresentou o 1º Caderno de Prestação de Contas das realizações do OP. Pela primeira vez um documento consolidou informações sobre a implementação das demandas.

Compartilhando parcerias

O atual governo desenvolve novos instrumentos para qualificar a rede de democracia participativa da cidade. A Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local, baseada em um conceito de governo que amplia o debate sobre a viabilidade de transformações sociais, coordena e promove o Projeto Especial Governança Solidária Local (PGSL), experiência pioneira no Brasil.

Operando a partir do mapeamento atual das 17 regiões do OP, a Governança Solidária Local visa criar uma cultura de solidariedade e cooperação, baseada na corresponsabilidade entre os atores sociais. Identificando os ativos da comunidade e estimulando suas diversidades, cria atitudes e inovações, proporcionando o desenvolvimento do capital social local. O projeto especial Governança Solidária Local através do consenso, do diálogo e do respeito à pluralidade promove o desenvolvimento sustentável local. A coordenadora do PGSL, explica que, embora as ações da Governança não tenham por objetivo contemplar as demandas do OP, interagem com ele.

O PGSL inspira parcerias de corresponsabilidade dos setores públicos e privados e da comunidade, para viabilizar demandas atrasadas por insuficiência de verbas. O pressuposto da Governança Solidária Local é que a participação popular não se limita a demandar do orçamento governamental, mas a estimular o desenvolvimento das potencialidades.

O Orçamento Participativo e a Governança Solidária Local são complementares na sua atuação na comunidade e estão reunidos no Programa "Cidade Solidária e Participativa", um dos doze programas estratégicos do atual modelo de gestão. Por seus históricos, abrangências e importâncias para a administração municipal, ganharam a condição de projetos especiais de democracia participativa, tendo por finalidade fomentar a participação democrática, a partir da interlocução com a sociedade e de ações de cooperação.

Estes suportes inovadores colaboram com o aprimoramento da democracia participativa em Porto Alegre. Entre 2005 e 2008, a participação nas assembleias regionais e temáticas superou 50 mil pessoas, chegando a 54.839 participantes nos ciclos do OP.



Entenda o OP:

O OP é um processo pelo qual a população decide, de forma direta, a aplicação dos recursos públicos a serem executados pela administração municipal. Inicia-se com as reuniões preparatórias, quando a Prefeitura presta contas do exercício passado, apresenta o Plano de Investimentos e Serviços para o ano seguinte e entrega o Regimento Interno do OP, discutido pelo COP. As secretarias municipais e autarquias acompanham estas reuniões, esclarecendo os critérios do Plano de Investimentos e Serviços e a viabilidade das demandas.

Ao longo do ano, é desenvolvido um calendário de atividades aglutinado que se intitula de Ciclo do OP.

A cidade está dividida em 17 regiões, e seis temáticas, e a comunidade destas áreas é representada pelos delegados e conselheiros do Orçamento Participativo.

Nas Assembleias Regionais e Temáticas, a população elege as prioridades, seus conselheiros e define o número de delegados da cidade para os seus respectivos fóruns regionais e grupos de discussões temáticas.



Foto Ricardo Giusti/PMMA

MARÇO/
ABRIL

Reuniões Preparatórias

- Reuniões de articulação e preparação nas regiões, microrregiões, temáticas e outras.
- Reuniões de integração dos Fóruns de Delegados(as) e Fóruns de Planejamento. Pauta: Prestação de Contas; Apresentação do Plano de Investimentos; Apresentação do Regimento Interno; Critérios Gerais e Técnicos; Discussão para Chapa de Conselheiros(as).

ABRIL/
MAIO

Assembleias Regionais e Temáticas

Segunda Quinzena:

- Rodada de Assembleias nas regiões e temáticas.
- Pauta: Eleição das Prioridades Temáticas; Eleição dos Conselheiros(as); definição do Número de Delegados(as); Prestação de Contas.

MAIO/
JUNHO/
JULHO

Regiões e Temáticas

Pauta: Eleição dos Delegados(as); Hierarquização das Obras e Serviços; Deliberação das Demandas da Internet (Fórum de Delegados). Antes da hierarquização: visita dos delegados(as) às demandas solicitadas, para conhecimento.

JULHO

Assembleia Municipal

Primeira Quinzena:

- Pauta: Posse dos Novos Conselheiros(as); Entrega da hierarquização das Obras e Serviços;
- Discussão de tema de caráter geral.

JULHO/
AGOSTO/
SETEMBRO

Análise das demandas e montagem da Matriz

- Governo: Análise técnica/financeira das demandas; Montagem da Matriz Orçamentária.

AGOSTO/
SETEMBRO

Votação da Matriz

- Discussão e votação da Matriz Orçamentária e do início da distribuição de recursos para as regiões e temáticas no COP.

OUTUBRO/
DEZEMBRO

Planos de Investimentos e Serviços

- Detalhamento do Plano de Investimentos e Serviços.
- Finalização da distribuição de recursos para as regiões e temáticas.
- Apresentação e votação da proposta de PIS (análise técnica/ financeira das demandas de obras e serviços) nos fóruns de delegados regionais e temáticos, com presença do GPO, SMGL e órgãos afins, com encaminhamento anterior da proposta aos referidos fóruns.

NOVEMBRO/
DEZEMBRO

Discussão do Regimento Interno

- Discussão nos fóruns regionais e temáticos das alterações ao RI (Regimento Interno), Critérios Gerais, Técnicos e Regionais.

DEZEMBRO/
JANEIRO

Discussão e Votação do Regimento Interno

- Discussão nos fóruns regionais e temáticos das alterações ao RI (Regimento Interno), Critérios Gerais, Técnicos e Regionais.

FEVEREIRO

Recesso

CICLO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

O OP transforma a cidade

Anualmente é aplicado, em média, R\$ 138 milhões para cumprir com as demandas eleitas pelo OP. Entre 2005 e junho de 2009, foram concluídas 813 demandas de obras e serviços. Destas, 72% eram anteriores a 2005. Com o saneamento financeiro dos últimos quatro anos, a Prefeitura pôde manter o OP e realizar novos investimentos. O Programa Plurianual (PPA) 2010-2013 prevê aplicação de mais de R\$ 1,5 bilhão em obras e programas.

Conheça algumas obras e programas eleitos pelo OP que transformaram o dia a dia da cidade.



Foto Ricardo Giusti / PMPA

O Centro Popular de Compras, que abriga 800 comerciantes populares, é parte do programa de Revitalização do Centro. A edificação, uma plataforma de 10 mil metros quadrados sobre o terminal de ônibus da Praça Ruy Barbosa, cruza a Avenida Júlio de Castilhos através de uma passarela coberta até a Avenida Mauá. O camelódromo de Porto Alegre é o resultado de investimento privado, oriundo de processo de licitação por concessão de uso do espaço público por tempo determinado.



Foto Luciano Lanes/PMPA

O condomínio Santa Teresinha, na Vila dos Papeleiros, faz parte do Programa Integrado Entrada da Cidade (Piec). Coordenado pelo Departamento Municipal de Habitação (Demhab), o Piec reúne as ações que a Prefeitura vem desenvolvendo na reurbanização de uma área de 6,5 quilômetros quadrados na região Humaitá/Navegantes.

Entre as obras estruturais do programa, estão a construção do Viaduto Leonel Brizola e a duplicação da Avenida Dona Teodora, ligando a Terceira Perimetral e a BR-290. O Piec prevê ainda outras intervenções urbanísticas, como a recuperação de praças, implantação de novas áreas verdes, construção de creches e centros comunitários.

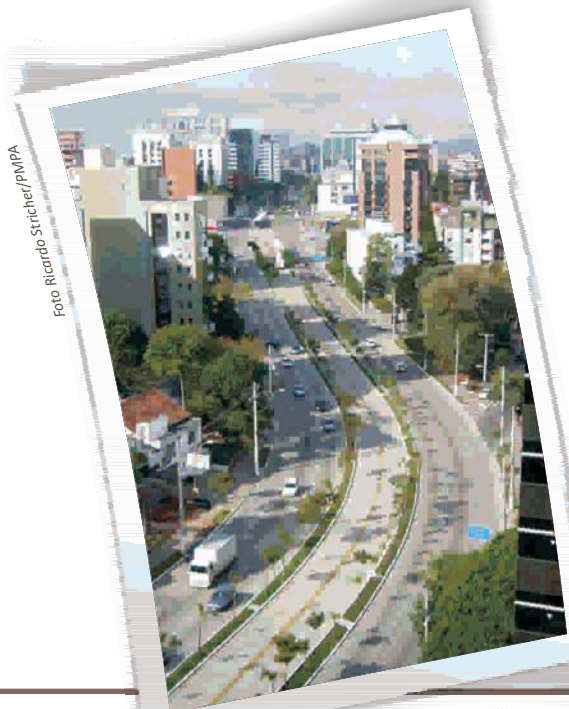


Foto Ricardo Stricher/PMPA

A Terceira Perimetral possui 12,3 quilômetros e atravessa 20 bairros da Capital, ligando as zonas Norte e Sul. Os investimentos somam 84,1 milhões de dólares, financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. A construção foi realizada pela Secretaria Municipal de Obras e Viação (Smov). Oito praças foram beneficiadas pelas obras de compensação ambiental da Terceira Perimetral.



A obra do Conduto Álvaro Chaves-Goethe teve investimento de R\$ 59 milhões e foi comandada pelo Departamento de Esgotos Pluviais (DEP). É a maior drenagem urbana de Porto Alegre e controla os alagamentos em pontos críticos da cidade, como a Avenida Goethe e mais nove bairros da Capital, beneficiando diretamente 120 mil pessoas.

O acompanhamento arqueológico foi de extrema importância. As escavações em algumas ruas, como a Álvaro Chaves, Santa Rita, Félix da Cunha e Avenida Chicago, descobriram em torno de mil fragmentos de artefatos diversos, que contarão a história da sociedade que os produziu e utilizou.



Foto Divulgação/PMPA

Viaduto Leonel Brizola, na Terceira Perimetral: Departamento Municipal de Águas e Esgotos (Dmae) participando das obras.



Foto Luciano Lanes/PMPA

A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana (SMDHSU) inaugurou, na Ilha Grande dos Marinheiros, a 34ª unidade de inclusão digital de Porto Alegre, em 2007. O Telecentro da Ilha Grande dos Marinheiros funciona com microcomputadores para levar inclusão digital a crianças e adolescentes do Serviço de Atendimento Sócioeducativo (Sase), à comunidade escolar e à população de mais de três mil habitantes.



Foto Cristine Rochol/PMPA

A inauguração da Creche Comunitária do Loteamento Timbaúva - Escola Infantil Crescer com Lazer, em 2006, foi muito festejada pela comunidade. A demanda era antiga, e a parceria dos diversos atores sociais foi essencial. O Fórum Regional dos Delegados do OP na Região Nordeste participou como parceiro da ação, juntamente com Prefeitura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Sindicato das Empresas de Transportes de Carga e Logística no Rio Grande do Sul. Além da construção da escola, foram feitas obras de ampliação e reforma da sede da Associação de Moradores (AMOLT), onde ficam o refeitório, a cozinha e a sala de uso múltiplo da creche.



Foto Cristine Rochol/PMMPA

O condomínio Princesa Isabel, composto por 230 unidades habitacionais, conta com centro comunitário e creche. A creche é conveniada à Secretaria Municipal de Educação (Smed), possui cerca de 500 metros quadrados e atende a 120 crianças da comunidade.



Foto Cristine Rochol/PMMPA

O posto da equipe do Programa Saúde da Família (PSF) Divisa, no bairro Cristal, foi inaugurado pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS) em 2006. Atualmente, conta também com atendimento de saúde bucal à comunidade.



Foto Cristine Rochol/PMMPA

Asfaltamento da estrada Lourenço Mariante, que une a Costa Gama e a João de Oliveira Remião. As obras foram realizadas pela Administração Municipal, por intermédio do Programa Pavimentação Comunitária, em parceria com a iniciativa privada.



Foto Cristine Rochol/PMMPA

Mais de mil alunos e a comunidade do bairro Partenon foram beneficiados, em 2006, com a ampliação e reforma da Escola Municipal de Ensino Fundamental Marcário Goulart Loureiro. A obra era uma demanda do OP de 2001. Com a ampliação, foram construídas sete salas de aula, banheiros, biblioteca, secretaria, sala e banheiro dos professores, além das dependências do Serviço de Orientação Educacional (SOE). A reforma incluiu a instalação de elevador, possibilitando plena acessibilidade aos alunos.



Foto Ricardo Gouveia/FINQPA

Reequipamento e cercamento do Centro Municipal de Cultura.

Aqui a comunidade decide

Nos últimos vinte anos, milhares de pessoas participaram do processo que democratizou o poder decisório sobre parte da aplicação do orçamento público de Porto Alegre. Ativistas do OP contam suas histórias, que às vezes se confundem com a própria trajetória do OP.



Conselheira da Região Norte, dona **Dilecta Todeschini** é conhecida por todos. Veio para Porto Alegre em 1977. O engajamento em movimentos sociais teve origem em sua cidade natal, Vacaria. Sua mãe sempre aconselhou os filhos a participarem ativamente da comunidade. Na capital gaúcha, juntamente com o marido, fez parte de associação de vilas, da Fracab e do OP desde a implantação.



Roberto Jakubaszko, conselheiro da Temática Educação, Esporte e Lazer, começou no processo do OP, há 14 anos, somente como ouvinte. Aprendeu como funcionava e, desde então, é um militante da participação cidadã. Segundo Jakubaszko, uma das contribuições do OP é ser um grande produtor de conhecimento para os cidadãos.



Nelci Seixas Alves iniciou sua jornada no OP em 1991, apesar de ser ativista em associações populares desde a década de 80. Foi conselheira da Região Centro por dois mandatos e, atualmente, é delegada pela Princesa Isabel. "Não sou partidária, sou comunitária", diz Nelci. Tem 80 anos e uma força imbatível para as longas caminhadas, que acredita serem necessárias à sua função no OP. Coloca como máxima: "parceria sim, manipulação não".



André Luiz Seixas, conselheiro da Região Restinga, ingressou nas jornadas do OP 2000. Atualmente é um dos seis membros da coordenação do COP. Apesar de reconhecer a dificuldade de conciliar o trabalho com a participação no OP, considera essencial para o processo de votação o corpo-a-corpo dos cidadãos. "As pessoas se mobilizam mais saindo de casa. Acredito que o voto pela internet pode esvaziar o modelo", avalia Seixas.



Maria Deloi Silveira Cardoso iniciou sua participação no OP em 1989 e não parou mais. Começou como delegada do Conselho da Grande Glória e, atualmente, é conselheira da Região Nordeste. É extremamente ativa e dedicada às atividades do processo. Maria Deloi dá a sua opinião: O OP avançou muito nestes 20 anos, mas tem que evoluir mais. O OP tem que trabalhar pela cidade como um todo, o processo deve ser transparente e de baixo para cima. "O povo sabe quais são as suas necessidades", defende.



Marília Fidel, conselheira da Região Partenon e membro da coordenação do COP, participa ativamente de movimentos comunitários há 15 anos. Sua história começou com a criação da Associação de Mulheres Bem-me-quer para abrigar crianças e adolescentes. A trajetória de Marília inclui o 1º Fórum de Mulheres de Porto Alegre, onde foi eleita presidente, e o ingresso no OP, em 1998. Além da infância e adolescência, seu foco atual é gênero e etnia. "As mulheres da periferia têm que ser sujeitos ativos no processo de escolhas. Têm que lutar pelo o que querem, não pelo o que os outros acham que elas querem", defende Marília.

“Novas ferramentas aprimoram o OP”

Entrevista Plínio Zalewski

À frente da direção do ObservaPOA, o contato com inúmeras cidades que governam sob gestão participativa lhe conferiu o acúmulo de conhecimento sobre a prática, conforme comenta a seguir.

Quais os aspectos comuns das experiências de orçamentos participativos?

Em geral, eles têm o mesmo desenho, com pequenas variações. Existe uma série de problemas que se repetem nas cidades que têm orçamento participativo, tanto na América Latina quanto na Europa. Eu destaco: o financiamento, a participação, a capacitação, o acesso e a utilização de informações adequadas para a tomada de decisões e a falta de autonomia.

Pode exemplificar as questões destacadas?

Sobre o financiamento, quanto mais tempo o OP existe e a participação é ampliada, mais aumentam as demandas, porém a arrecadação não acompanha. O segundo ponto é o esvaziamento da participação. A queixa comum é que, em determinado momento, a participação cai. Há várias razões para isso, uma é porque não é possível atender a todas as demandas acordadas e a população se desilude. O OP tampouco aumentou o perfil, jovens e classe média não participam. Em terceiro lugar, as cidades têm problema de capacitação. Se pegarmos o estudo do professor Fedozzi com o Banco Mundial, "Para um Orçamento Participativo Mais Inclusivo e Efetivo em Porto Alegre", veremos que a falta de capacitação cria uma elite no OP. Por participar mais e conhecer os caminhos do processo, as lideranças se repetem. O quarto problema é a democratização da informação, que no meu ponto de vista é o único que teve algum sucesso.

De que forma se democratizou a informação?

Durante 20 anos as pessoas decidiram, sem conhecer a cidade através das informações. Com a criação do Observatório, além das informações serem disponibilizadas via internet, de forma lúdica, pode-se fazer diagnósticos das regiões. Montar mapas com a temática escolhida.

Um tema que divide opiniões é a institucionalização do OP de Porto Alegre. Qual é o seu posicionamento?

É um debate antigo, há um senso comum de que poderia engessar o OP. Para mim o medo que algumas pessoas têm de regularizar o OP é que, na medida em que ele fosse institucionalizado, teria que ter um conjunto de regras de direitos e de deveres. Ou seja, se aquilo escrito na norma não for cumprido por uma das partes, implica sanções.



Foto: Ricardo Stricker/PMPA

Com um histórico ativo na cena política gaúcha,

Plínio Zalewski fez parte da equipe do primeiro mandato do atual prefeito. Como assessor técnico da Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local, auxiliou o governo a dar continuidade ao OP e a criar novas ferramentas, como o Observatório da Cidade de Porto Alegre (ObservaPOA), um portal que disponibiliza informações georeferenciadas sobre a cidade.

Sem institucionalização o OP corre o risco de terminar?

Sim, mas não é interessante para os governos. Ele é um instrumento de controle social. Durante todo o tempo do OP nunca tivemos um escândalo na Prefeitura. Tem outro elemento que pouco se comenta: o OP ajuda o Executivo a racionalizar os movimentos reivindicatórios. É uma engenharia social fascinante, nem a esquerda reivindica. Eu defendo a criação de instituições permanentes porque dá segurança jurídica.

Qual é a sua apreciação sobre o programa de Governança Solidária Local (GSL)?

O programa da GSL pode enfrentar os problemas que citei. No final do governo (1º mandato), as lideranças do OP começaram a entender que o processo deveria ter sido conjunto (OP e GSL). A estrutura da GSL já estava presente nas discussões dos setores médios da sociedade, expressas nos Congressos da Cidade.

Quais eram:

- 1) A necessidade de criar um Observatório para subsidiar com indicadores a decisão da rede de participação social;
- 2) A criação do Orçamento da Cidade, que é a soma dos recursos públicos com os da iniciativa privada ligados à responsabilidade social. Para o financiamento, acho que a GSL tem uma bela proposta. Porto Alegre deve fazer uma lei da solidariedade municipal. As experiências que conheço de OP na Europa e na América Latina não trabalham com parcerias com a iniciativa privada e instituições;
- 3) Capacitação dos atores sociais;
- 4) Por último, a questão da autonomia. O fortalecimento pela cooperação e pela independência do poder público, ou seja, a ausência do controle político sobre os processos de decisão.

O que você destacaria nos 20 anos do OP?

Eu estabeleceria o seguinte: 20 anos do OP é hora de repensá-lo e de enfrentar um debate duro. O resultado da pesquisa do Banco Mundial é um material riquíssimo sobre as mudanças necessárias no OP. É preciso discutir se será bienal e implementar um processo de capacitação, uma espécie de universidade do OP. O Observatório está pronto, tem que ser valorizado na Prefeitura, fazer com que seus diagnósticos sejam utilizados para as políticas públicas. Se tudo isso fosse incorporado no desenho do OP, teríamos o processo de governança.

Mapa das regiões e bairros que compõem o OP

Região 01 - HUMAITÁ/NAVEGANTES

BAIRROS: Anchieta - Farrapos - Humaitá - Navegantes - São Geraldo

Região 02 - NOROESTE

BAIRROS: Boa Vista - Cristo Redentor - Higienópolis - Jardim Itú - Jardim Lindóia - Jardim São Pedro - Passo Dareia - Santa Maria Goretti - São João - São Sebastião - Vila Floresta - Vila Ipiranga

Região 03 - LESTE

BAIRROS: Bom Jesus - Chácara das Pedras - Jardim Carvalho - Jardim do Salso - Jardim Sabará - Morro Santana - Três Figueiras - Vila Jardim

Região 04 - LOMBA DO PINHEIRO

BAIRROS: Agronomia - Lomba do Pinheiro

Região 05 - NORTE

BAIRRO: Sarandi

Região 06 - NORDESTE

BAIRRO: Mário Quintana

Região 07 - PARTENON

BAIRROS: Cel. Aparício Borges - Partenon - Santo Antônio - São José - Vila João Pessoa

Região 08 - RESTINGA

BAIRRO: Restinga

Região 09 - GLÓRIA

BAIRROS: Belém Velho - Cascata - Glória

Região 10 - CRUZEIRO

BAIRROS: Medianeira - Santa Tereza

Região 11 - CRISTAL

BAIRRO: Cristal

Região 12 - CENTRO-SUL

BAIRROS: Camaquã - Campo Novo - Cavalhada - Nonoai - Teresópolis - Vila Nova

Região 13 - EXTREMO SUL

BAIRROS: Belém Novo - Chapéu do Sol - Lageado - Lami - Ponta Grossa

Região 14 - EIXO BALTAZAR

BAIRROS: Passo das Pedras - Rubem Berta

Região 15 - SUL

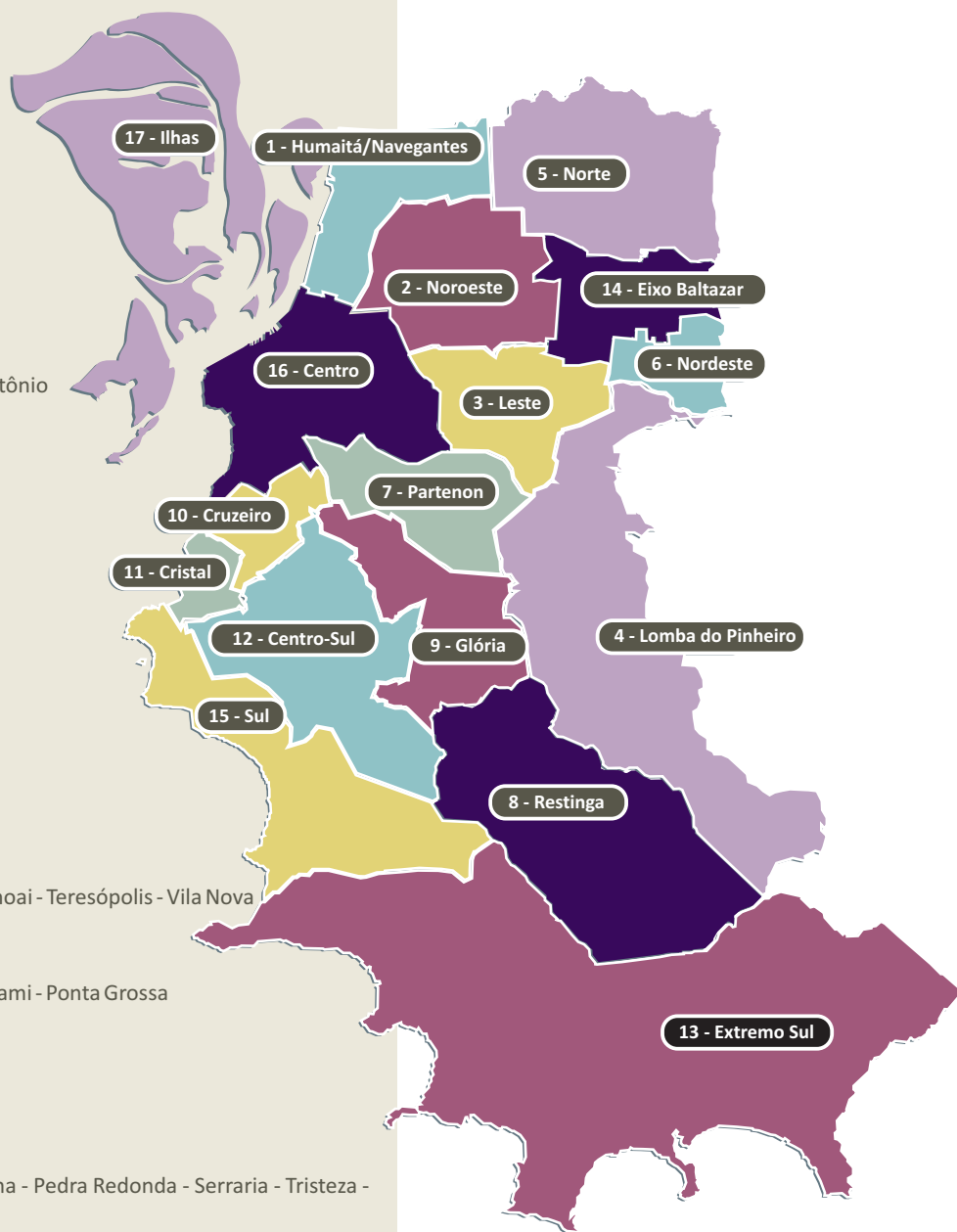
BAIRROS: Espírito Santo - Guarujá - Hípica - Ipanema - Pedra Redonda - Serraria - Tristeza - Vila Assunção - Vila Conceição

Região 16 - CENTRO

BAIRROS: Auxiliadora - Azenha - Bela Vista - Bom Fim - Centro - Cidade Baixa - Farroupilha - Floresta - Independência - Jardim Botânico - Menino Deus - Moinhos de Vento - Mont Serrat - Petrópolis - Praia de Belas - Rio Branco - Santa Cecília - Santana

Região 17 - ILHAS

BAIRROS: Arquipélago (Ilha das Flores, da Pintada, do Pavão e Ilha Grande dos Marinheiros)



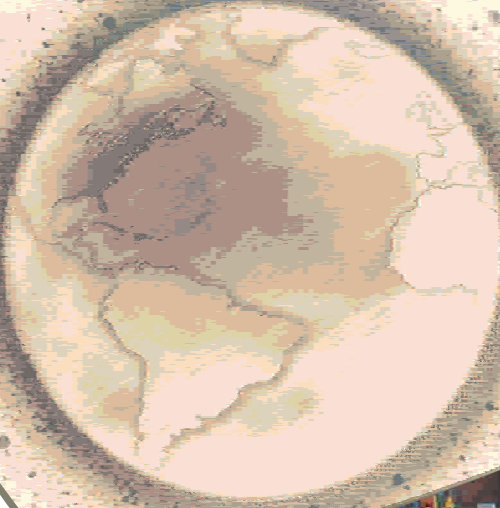
O OP ganha o mundo

A partir da segunda metade da década de 1990, com o reconhecimento do OP de Porto Alegre como uma inovação na administração pública local, o modelo inspirou a implantação da prática democrática participativa em diferentes cidades do mundo. Eleito pela ONU (Habitat II, Istambul, 1996) como uma das 40 melhores experiências mundiais de gestão urbana local, o OP de Porto Alegre passou a ser apoiado e difundido por agências multilaterais de financiamento, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Estima-se que, hoje, no Brasil, existam cerca de 200 municípios com algum tipo de prática participativa nas decisões sobre o orçamento público. Em 2007, foi criada a Rede Brasileira de OP, que, atualmente, reúne 27 cidades e objetiva articular, fortalecer e consolidar as experiências de OP das cidades brasileiras.

Mundialmente não há dados precisos sobre quantos municípios adotaram o OP, mas se sabe que a experiência foi seguida por cidades da América Latina, está em crescente desenvolvimento na Europa e já foi implantada na Ásia e na África. Alguns municípios recriaram o modelo, adaptando-o e incorporando novas práticas. Há casos em que a participação virou lei nacional; outros que incluíram crianças e jovens no processo decisório; alguns que o aplicaram nas áreas rurais; aqueles que passaram a utilizar a tecnologia como ferramenta de participação; e outros registros.

Com os olhares voltados para Porto Alegre, a capital passou a atrair estudiosos e delegações internacionais. O pioneirismo também colocou a cidade em redes e projetos de agências internacionais de desenvolvimento.



1



Fotos: Divulgação/PMA

2



1. Delegação australiana, em 2008, visita Porto Alegre para conhecer o modelo de OP da cidade.

2. Delegação de Moçambique vem a Porto Alegre, em 2008, para entrar em contato com o modelo de gestão do OP da capital gaúcha.

Na Rede Urb-Al, programa de cooperação da União Européia que aproxima municípios da América Latina e Europa para a troca de experiências e desenvolvimento estrutural, Porto Alegre coordenou a Rede 9 "Financiamento Local e Orçamento Participativo". Em breve, como um dos resultados do projeto, a Prefeitura sediará um programa de capacitação internacional em gestão local participativa, desenvolvido com outras oito cidades, voltado para o aprimoramento de servidores públicos e da sociedade civil. Programas como este evidenciam a posição de Porto Alegre no mapa mundial da prática de gestão participativa.

Reuniões do OP nos bairros



Foto Cristine Rochol/PMPA

Assembleia Regional do OP 2009/2010
Lomba do Pinheiro



Foto Ivo Gonçalves/PMPA

Assembleia Regional do OP 2009/2010
Humaitá/Navegantes



Foto Ivo Gonçalves/PMPA

Assembleia Regional do OP 2009/2010
Glória



Foto Cristine Rochol/PMPA

Assembleia Regional do OP 2009/2010
Leste



Foto Ricardo Giusti/PMPA

Assembleia Regional do OP 2009/2010
Ilhas



Foto Cristine Rochol/PMPA

Assembleia Regional do OP 2009/2010
Eixo Baltazar



Foto Ivo Gonçalves/PMPA

Assembleia Regional do OP 2009/2010
Partenon



Foto Cristine Rochol/PMPA

Assembleia Regional do OP 2009/2010
Norte



Foto Cristine Rochol/PMPA

Assembleia Regional do OP 2008/2009
Cristal



Foto Ivo Gonçalves/PMPA

Assembleia Regional do OP 2009/2010
Centro Sul



Foto Cristine Rochol/PMPA

Assembleia Regional do OP 2009/2010
Cruzeiro



Foto Ricardo Giusti/PMPA

Assembleia Regional do OP 2009/2010
Centro



Foto Cristine Rochol/PMPA

Assembleia Regional do OP 2009/2010
Humaitá/Navegantes



Foto Ivo Gonçalves/PMPA

Assembleia Regional do OP 2009/2010
Restinga



Foto Ivo Gonçalves/PMPA

Assembleia Regional do OP 2008/2009
Noroeste



Foto Cristine Rochol/PMPA

Assembleia Regional do OP 2008/2009
Nordeste



Foto Ivo Gonçalves/PMPA

Assembleia Regional do OP 2009/2010
Sul



Foto Ricardo Giusti/PMPA

Assembleia Regional do OP 2009/2010
Região Extremo Sul

Qualidades do OP de Porto Alegre?

Uma das grandes qualidades do OP é o conceito de inversão de prioridades. Não à toa, o OP começou a ter o apoio de grande parte da população da periferia e, depois, das camadas médias, por outras políticas públicas. A inversão de prioridades é uma questão chave e não são todos os OP's que a praticam. Está na gênese do OP de Porto Alegre e estabelece critérios de distribuição de recursos objetivos, mensuráveis, impessoais e universais. É uma política redistributiva.

Quais os benefícios que a inversão de prioridades trouxe à comunidade porto-alegrense?

A questão da inversão de prioridades é importante, mas difícil de provar. O Banco Mundial prova econometricamente, ao comparar cidades do Brasil que adotaram o OP com outras que não o fizeram, que tendencialmente as que têm OP combatem a pobreza. Mereceria um estudo mais detalhado, pois não sabemos com dados precisos o impacto do OP na qualidade de vida da população. Não temos acompanhamento, nem indicadores. Essa é uma das falhas do processo.

Quanto à necessidade de qualificação dos participantes, qual é a sua visão?

A ausência de uma política de capacitação é outra falha. Em 20 anos, como não se construiu uma escola de participantes do OP? Falta qualificação com uma pedagogia adequada. Socializar as regras, trabalhar com o público de baixa escolaridade, formando multiplicadores. Isso é viável e possível. O grande problema é a síndrome dos pioneiros, a falta de um olhar reflexivo e autocrítica sobre o processo.

O livro "Observando o Orçamento Participativo de Porto Alegre" (2007), de Luciano Fedozzi, resultado de uma pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com o Observatório da Cidade de Porto Alegre, aplicada em 2005, é uma contribuição para a reflexão sobre a trajetória do OP, o perfil de seus participantes e os desafios para sua continuidade.

Entre os dados levantados, o estudo demonstra que "o público do OP tende a ser constituído por pessoas com idade proporcionalmente mais avançada quando comparado à população da cidade." Aponta, também, a tendência de crescimento percentual da participação dos mais novos (16 a 25 anos), assim como os que têm 50 anos ou mais; e a diminuição da faixa de idade intermediária (entre 34 e 41 anos).

Em relação às razões de participar do OP, a partir da pergunta aberta feita aos entrevistados, foi constatado que a questão da demanda é a que atrai o maior percentual de participantes (46,1%). "Em termos percentuais, além das "demandas", as outras justificativas são respectivamente: existência de "vínculos entre valores comunitários e democracia" (15,2%); noções baseadas na ideia de que o OP promove "democracia, cidadania, participação e fiscalização das decisões" (13,7%); e ser "chamado, demandar, conhecer e se queixar de obras malfeitas (10,2%)".

Essas e outras informações valiosas, para qualificar e avaliar a participação em Porto Alegre, podem ser encontradas no site www.observapoa.com.br.

OP: uma política redistributiva

Entrevista Luciano Fedozzi

Em entrevista, Fedozzi conta como governo e sociedade construíram juntos o processo do OP e faz uma avaliação de seus 20 anos de implantação.

Como se deu a implantação do OP de Porto Alegre?

Uma das questões que já estava como bandeira política nos movimentos comunitários e nos partidos era promover a participação popular no orçamento público. Primeiro, a cidade foi dividida em quatro regiões e passou-se a discutir o orçamento com os representantes comunitários. O modelo evoluiu para o Fórum de Participação Popular e, com a comunidade, foram estabelecidas dez regiões. Estas passaram a escolher seus representantes para discutir com o governo, ainda sem regras. O processo se deu com mudanças concomitantes no governo. No Gabinete do Prefeito se centralizou a tarefa de promover a participação, pelo Gabinete do Planejamento (Gaplan), que eu coordenava, e pela Comissão de Relação com as Comunidades (CRC). O Seminário de 1990 foi a hora da virada, quando se aprovou o Planejamento Estratégico como instrumento fundamental para pensar o governo e as prioridades. Entre elas, a participação popular. Das dez regiões, discutiu-se com a comunidade e chegou-se a 16.

Então, o modelo de participação do OP foi elaborado a partir da experiência prática?

Eu diria que esse conjunto de variáveis formou o que veio a se chamar de OP e de Conselho do Orçamento Participativo (COP). Criou-se um canal institucional, com regras de participação e distribuição dos recursos, com realismo orçamentário, extraindo prioridades, baseadas em critérios com pesos diferenciados. No quarto ano, tínhamos um modelo montado que não resultou de uma política previamente elaborada, mas do processo na prática. A espinha dorsal do OP segue sendo a mesma do modelo criado nos primeiros anos: regionalização, eleição de conselheiros e delegados, fóruns regionais.

Segundo a pesquisa do Banco Mundial "Para um Orçamento Participativo Mais Inclusivo e Efetivo em Porto Alegre" que você participou, qual é a opinião da população sobre o OP?

A opinião pública é majoritariamente favorável, embora o percentual de participação no OP seja pequeno (média de 15 mil pessoas). A legitimidade do processo começa na representação eleitoral, quando se escolhe esse ou aquele governo. Ou seja, eu não quero participar, mas voto por um governo que promove a participação.



Doutor em Sociologia, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e coordenador de pesquisas sobre a prática participativa na decisão do orçamento público da capital gaúcha, Luciano Fedozzi conquistou reconhecimento internacional com seus estudos e reflexões. Foi Coordenador do Gabinete de Planejamento (Gaplan) da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, de 1989 a 1992, e ajudou a reescrever a história da democracia na cidade, participando da implantação do OP.

Duas visões sobre o processo de participação

Maurício Melo e Hamilton Viegas, conselheiros da Região Sul, apresentam a pluralidade de ideias que constroem o OP. É a essência democrática do processo: mesma região, diferentes posicionamentos.



Foto Ricardo Stricker/PMMA

Maurício Melo



Foto Ricardo Stricker/PMMA

Hamilton Gubert Viegas

OP: Há quanto tempo participa do OP?

M.M.: Há oito anos. Quando entrei era um processo partidário, então, resolvi me ausentar. Com o Fogaça, em 2005, comecei a participar de novo.

OP: O que acha do processo do OP?

M.M.: Ainda tem que aperfeiçoar. Não estamos 100%, mas é o processo mais legítimo que tem. Somos da comunidade e podemos escolher as obras que queremos. Claro que com a aprovação de um parecer técnico.

OP: Quais são as suas sugestões para qualificar o OP?

M.M.: Temos que ter autonomia e trabalhar em sintonia com o governo. Em segundo lugar, nossas reuniões deveriam ser quinzenais para não discutirmos as mesmas coisas. Nos Fóruns Regionais temos que tratar as demandas com parecer técnico. Por último, o OP tem que ser bienal. Não se consegue fazer obra nenhuma em um ano. Leva seis meses para se ter uma licitação, só aí já foi meio ano. O mandato dos conselheiros e delegados também deve ser de dois anos para acompanhar o processo.

OP: Qual é a sua opinião sobre a institucionalização do OP?

M.M.: A Câmara de Vereadores tem que trabalhar em sintonia com o OP. O COP deveria ser regulamentado, porque independente do governo que assuma a Prefeitura, não poderia acabar com o processo que está fazendo 20 anos. OP não é regulamentado e pode acabar. Temos muito medo.

OP: Há quanto tempo participa do processo do OP?

H.G.V.: Desde 1992, primeiro como delegado e, a partir de 2004, como conselheiro.

OP: O que acha do processo do OP?

H.G.V.: Ele é pedagógico, pois as pessoas não são apenas contribuintes de impostos, dão ideias e podem auxiliar o Executivo a distribuir os recursos de forma mais equânime, de acordo com as necessidades de onde deve ser investido o dinheiro público. Porto Alegre é uma referência para o resto do Brasil de como se controla o dinheiro público, o que já é previsto na Constituição.

OP: Quais são as suas sugestões para qualificar o OP?

H.G.V.: Tem que mudar, as coisas nunca estão acabadas. Para mim, a História não parou, deve ter continuidade. O OP não pode ser uma concessão do Estado, ele carece de legalidade no sentido de fazer uma lei para institucionalizá-lo, que ele possa ser uma garantia da cidadania. Acho que o município deveria instituir o Conselho do Orçamento Público. Hoje, dependemos dos recursos do Executivo, assim não temos autonomia. O governo deveria encaminhar à Câmara de Vereadores pedido para que isso aconteça.

OP: O que acha da reeleição de conselheiros?

H.G.V.: Sou favorável em qualquer nível. Para ser senador e vereador não tem limite. Por que para ser conselheiro do orçamento público deve haver? O conselheiro vota o orçamento, mas no ano da execução não participa mais. Não acho que o OP deva ser bienal. Deve ser como no Senado, com continuidade. Eleger parte dos representantes ano a ano, com mandatos maiores.

Glossário

Assembleias Regionais e Temáticas - Encontros periódicos em que o Governo presta contas dos investimentos do ano anterior. Nas Assembleias a população elege as prioridades para o ano seguinte, elege seus conselheiros(as) e define o número de delegados(as), na proporção de um para cada dez participantes, para cada uma das 17 Regiões e seis Temáticas do OP.

Centros Administrativos Regionais (CARs) - Órgãos de descentralização político-administrativa da Prefeitura. Os CARs organizam regionalmente o OP e atendem às demandas de serviços dos bairros e regiões.

Conselheiros(as) - São os representantes das Regiões ou das Temáticas, que compõem o Conselho do Orçamento Participativo (COP). São eleitos em número de dois titulares e dois suplentes para cada uma das 17 Regiões e seis Temáticas. A eleição realiza-se durante as Assembleias Regionais e Temáticas.

Conselho do Orçamento Participativo (COP) - Órgão máximo de deliberação do OP é composto pelos(as) conselheiro(as) eleitos(as) nas Assembleias Regionais e Temáticas (dois titulares e dois suplentes, em cada Região e Temática); dois (um titular e um suplente) são indicados pela União das Associações de Moradores de Porto Alegre (Uampa); dois (um titular e um suplente) são indicados pelo Sindicato dos Municipários (Simpa) e quatro (dois titulares e dois suplentes) representam a Prefeitura no Conselho, embora sem direito a voto nas deliberações. O COP planeja, propõe, fiscaliza e delibera sobre o conjunto de receitas e despesas do orçamento municipal. Também revisa, anualmente, o Regimento Interno do OP, seus critérios gerais e técnicos.

Coordenador Regional do Orçamento Participativo (CROP) - O governo municipal possui coordenadores regionais do OP responsáveis pelo atendimento direto à comunidade quanto ao OP.

Delegados (as) - São definidos(as) pela população em reuniões nas 17 Regiões e seis Temáticas, na proporção de um para cada dez participantes das Assembleias Regionais e Temáticas. Os delegados(as) são os representantes diretos da população no processo de participação popular.

Demanda - É a obra e/ou serviço definidos pela população, que serão analisados conforme os critérios técnicos pela Prefeitura. Fórum de Delegados - É a instância do conjunto de delegados(as) escolhidos(as) pela população. Suas reuniões são regionais ou temáticas.

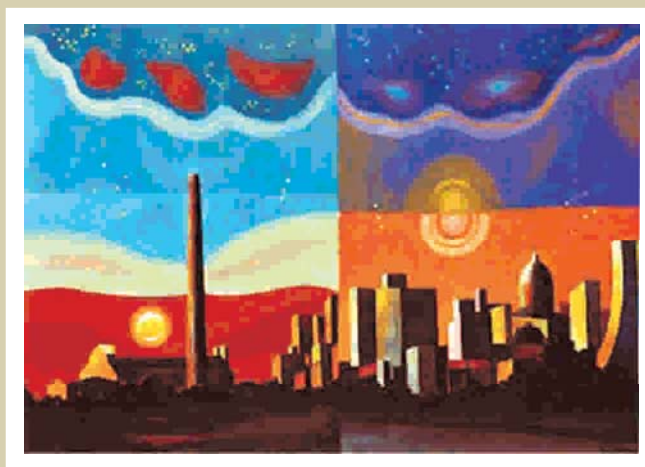
Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) - A LDO é lei ordinária especial que define as metas e prioridades em termos de programas a serem executados pelo Executivo, no exercício financeiro subsequente. Orienta a elaboração do Orçamento (Lei Orçamentária Anual) e dispõe sobre alterações na legislação tributária.

Plano de Investimentos e Serviços (PIS) - É a publicação anual que contém todas as demandas de obras e serviços definidos pela população no OP e é aprovado nos Fóruns Regionais e Temáticos.

Plano Plurianual - Estabelece metas e diretrizes gerais, que orientam as ações do governo para cada quatro anos.

Proposta Orçamentária - Previsão de receitas e despesas, visando à execução das obras e serviços de responsabilidade do Município.

Regimento Interno - Conjunto de regras que determina o funcionamento do OP. A autorregulação é uma marca fundamental do Orçamento Participativo. A cada ano, os participantes analisam o Regimento Interno e o modificam, garantindo um processo dinâmico e em constante aperfeiçoamento.



Tela "Entardecer em Porto Alegre" - Walden Elias

**ORÇAMENTO
PARTICIPATIVO**



www.portoalegre.rs.gov.br/op

